



Estado de Santa Catarina
Município de ITAPEMA
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

ATO 003/CP/PMI/001/2016

TERCEIRA RETIFICAÇÃO
DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

O **Senhor Rodrigo Costa**, Prefeito Municipal de Itapema/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, juntamente com a comissão responsável e o Instituto o Barriga Verde, torna público a terceira retificação do Edital de Concurso Público nº 001/2016, conforme segue:

1. No anexo IV o cargo de **Engenheiro Sanitarista**, o conteúdo programático passa a vigorar da seguinte forma:

ENGENHEIRO SANITARISTA

Ecologia. Geologia e pedologia. Microbiologia sanitária. Mecânica dos sólidos. Fenômenos de transporte. Geoprocessamento. Bioquímica. Hidrologia. Hidráulica. Qualidade das águas de abastecimento. Resistência de materiais. Epidemiologia aplicada. Geotecnia para obras hidráulicas. Instalações prediais hidráulicas e sanitárias. Sistemas de abastecimento. Sistemas de tratamento de água. Operações e processos de tratamento de efluentes. Tratamento de águas para abastecimento. Tratamento de águas residuárias. Tratamento de resíduos sólidos. Toxicologia ambiental. Proteção e recuperação ambiental. Controle de poluição da Água, do ar e do solo. Impactos ambientais. Legislação sanitária e ambiental. Licenciamento ambiental. Saúde pública. Sistemas de esgotamento sanitário. Conservação e uso do solo. Estudo de impacto ambiental. Relatório de impacto ambiental. Gestão de recursos hídricos. Higiene e vigilância sanitária dos alimentos. Logística de gestão de resíduos. Organização e administração de serviços de saneamento. Ética profissional. AutoCAD. Pacote office.

Sugestões bibliográficas

- 1 Lei Nº 9.433/1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm
- 2 CAUBET, Christian Guy. **A água, a lei, a política... E o meio ambiente?** Curitiba: Juruá, 2004. 305 p.
- 3 ÁGUAS: aspectos jurídicos e ambientais. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2010.
- 4 CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Avaliação e perícia ambiental**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 284 p.
- 5 GHODDOSI, Sheila Mafra. **Caderno de recuperação de matas ciliares: orientação para os grupos de trabalho municipais: Projeto Paiva**. Blumenau: Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí, FURB- Universidade Regional de Blumenau- Instituto de Pesquisas Ambientais, 2009. 94 p.
- 6 MILLER, G. Tyler. **Ciência ambiental**. São Paulo: Cengage Learning, 2007. 501p.
- 7 FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 14. ed. rev. atual. ampl. em face da Rio+20 e do novo Código Florestal. São Paulo: Saraiva, 2013. 961 p.
- 8 KASKANTZIS NETO, Georges. **Curso de perícia judicial ambiental**: apostila de perícia ambiental. Curitiba: [O Autor], 2005. 244 p.
- 9 NUVOLARI, Ariovaldo. Dicionário de saneamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, c2013. 336 p.
- 10 BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R.; HARPER, John L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 740 p.
- 11 ODUM, Eugene Pleasants,. Ecologia. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, c1988. 434p.
- 12 BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, c2011. 382 p.
- 13 KINAS, Priscila Natasha. Gestão de resíduos sólidos. Indaial: UNIASSELVI, 2013. 173 p.
- 14 DERISIO, Jose Carlos. **Introdução ao controle de poluição ambiental**. 4. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.224 p.
- 15 FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Annablume; Blumenau: Ed. da FURB, 2001. 296 p.
- 16 JARDIM, Arnaldo; YOSHIDA, Consuelo; MACHADO FILHO, José Valverde (Ed). **Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. Barueri: Manole, 2012. 732 p.
- 17 GALVÃO JUNIOR, Alceu de Castro. **Regulação do saneamento básico/ Alceu de Castro Galvão Junior, Mario Augusto P. Monteiro, Alisson José Maia Melo**. Barueri: Manole, 2013. xxiii, 420 p.
- 18 Lei Nº 12.305/2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm
- 19 Resolução CONAMA Nº 396/2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_2008_396.pdf
- 20 Portaria Nº 2.914/2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html



Estado de Santa Catarina
Município de ITAPEMA
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

- 21 DAS, Braja M. **Fundamentos de engenharia geotécnica**. São Paulo: Cengage Learning, c2012. 610 p.
- 22 BRASIL. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Classificação de risco dos agentes biológicos**. 1. ed. Brasília, DF: Ed. MS, 2006. 34 p.
- 23 BRANCO, Samuel Murgel. **Hidrobiologia aplicada à engenharia sanitária**. 2. ed. São Paulo: CETESB, 1978. 620 p.
- 24 SILVA, Salomão Anselmo; MARA, D. Duncan. **Tratamentos biológicos de águas residuárias: lagoas de estabilização**. Rio de Janeiro: ABES, 1979. 140 p.
- 25 BRAGA FILHO, Washington. **Fenômenos de transporte para engenharia**. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 481 p.
- 26 SHAMMAS, Nazih K.; WANG, Lawrence K.; FARIA, Luiz Claudio de Queiroz. **Abastecimento de água e remoção de resíduos**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. xxii, 751 p.
- 27 CANHOLI, Aluísio Pardo. **Drenagem urbana e controle de enchentes**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014. 302 p.
- 28 GARCEZ, Lucas Nogueira. **Elementos de mecânica dos fluidos: hidráulica geral**. 2. ed. São Paulo: E. Blucher, 1977, c1970. 449p.
- 29 AZEVEDO NETTO, José M. de. **Manual de hidráulica**. 9. ed. São Paulo: E. Blucher, 2015. 632 p.
- 30 ASSY, Tufi Mamed. **Mecânica dos fluidos: fundamentos e aplicações**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2004. 497 p.
- 31 TUCCI, Carlos E. M. **Hidrologia: ciência e aplicação**. 4.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS: ABRH, 2007. 943p.
- 32 BEER, Ferdinand Pierre et al. **Mecânica dos materiais**. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. 838 p.
- 33 RICHTER, Carlos A. **Água: métodos e tecnologia de tratamento**. [1.ed.]. São Paulo: Blucher, 2009. 340 p.
- 34 BAIRD, Colin. **Química ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, c2002. 622 p.
- 35 AZEVEDO, Fausto Antonio de; CHASIN, Alice Aparecida da Matta. **As bases toxicológicas da ecotoxicologia**. São Paulo: RiMa: InterTox, 2004. 322 p.
- 36 TRENNEPOHL, Curt; TRENNEPOHL, Terence. **Licenciamento ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010. 344 p.
- 37 FARIAS, Talden. **Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. 214 p.
- 38 ZAGATTO, Pedro A.; BERTOLETTI, Eduardo. **Ecotoxicologia aquática: princípios e aplicações**. 2. ed. São Carlos, SP: RiMa, 2008. 472 p.
- 39 VERDUM, Roberto; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **RIMA, relatório de impacto ambiental: legislação, elaboração e resultados**. 5. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. 252 p.
- 40 Lei Nº 6.938/1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm
- 41 Lei Nº 9.605/1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm
- 42 Resolução CONAMA 237/1997. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>
- 43 SILVEIRA, Samuel João da. **Aprendendo AutoCAD 2011: simples e rápido**. Florianópolis: Visual Books, 2011. 318 p.
- 44 Pacote office. Disponível em: <https://support.office.com/pt-br/>
- 45 Novo código florestal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm

2. No anexo IV o cargo de **Fiscal de Vigilância Sanitária**, o conteúdo programático passa a vigorar da seguinte forma:

ENGENHEIRO SANITARISTA

Endemias e epidemias; Epidemiologia. Noções básicas das seguintes endemias: a) Dengue, b) Esquistossomose, c) Leishmaniose, d) Leptospirose, e) Doença de chagas; Prevenção primária das endemias acima citadas; Classificação dos agentes transmissores e causadores das endemias acima citadas; Combate aos agentes transmissores das endemias acima citadas. Noções sobre Saneamento; Combate à poluição; Saneamento do meio; Saúde Pública: Conceito. Objetivos. Epidemiologia geral: processo de saúde/doença. Frequência e distribuição das principais doenças na população brasileira. Medidas gerais de profilaxia, controle, eliminação e erradicação das doenças. Vigilância Sanitária: Conceitos. Áreas de Abrangência. Instrumentos de ação de Vigilância Sanitária. Fiscalização de locais públicos e particulares quanto aos aspectos de higiene nos alimentos, bebidas e instalações físicas. Manipulação dos alimentos, embalagens e rotulagens, armazenamento e transporte do produto final. Abastecimento de água potável, destino dos resíduos e controle de pragas. Higienização e limpeza de máquinas e equipamentos. Lixo: separação, reciclagem, destino; RDC 216/04 da ANVISA; Portaria 326/97 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Processo Saúde-Doença. Coeficientes avaliadores de saúde. Epidemiologia descritiva e metodologia epidemiológica. Endemia e epidemia. Sistema de Vigilância Epidemiológica e sua ação no controle de doenças. Doenças transmissíveis e modos de transmissão Saúde materno-infantil. Programas de imunização. Eficácia de vacinas. Saneamento do meio ambiente. Saúde e Nutrição. Biossegurança. Vigilância sanitária Sistema único de saúde. Atribuições da Vigilância Sanitária. Conceito: área de abrangência, instrumento de Atuação, o poder de polícia, emissão de autos e documentos legais, fiscalização e inspeção sanitária. Vistorias. Doenças Transmissíveis por alimentos; Noções sobre Intoxicação por Agrotóxicos; Alimento: manipulação, armazenamento e transporte; saúde do trabalhador; normas federais constituição brasileira de 1988; Normas estaduais e municipais.



Estado de Santa Catarina
Município de ITAPEMA
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde -Princípios e diretrizes, controle social, Indicadores de saúde, legislação; protocolos SUS; Sistemas de informação em saúde; Modelos de atenção e cuidados em saúde; Vigilância em saúde; Epidemiologia; Pacto pela Saúde; Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias; Política Nacional de Humanização. Estatuto da criança e do adolescente – ECA; estatuto do idoso; 1) Todo o conteúdo das indicações abaixo. 2) Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. 3) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Redação de circulares, memorandos, ofícios, relatórios e demais correspondências, atendendo às exigências de padrões estéticos. Rotinas Administrativas. Sistemas de Comunicações Administrativas.

Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL. **Decreto nº 7.508**, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
2. BRASIL. **Decreto-Lei nº 986**, de 21 de outubro de 1969. Institui normas básicas sobre alimentos.
3. BRASIL. **Lei nº 6.437**, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
4. BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
5. BRASIL. **Lei nº 9.677**, de 2 de julho de 1998. Altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras providências.
6. BRASIL. **Portaria nº 1.428/MS**, de 26 de novembro de 1993. Aprova o regulamento técnico para inspeção sanitária de alimento; diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos; e regulamento técnico para o estabelecimento de padrão de identidade e qualidade para serviços e produtos na área de alimentos.
7. BRASIL. **Portaria SVS/MS nº 326**, de 30 de julho de 1997. Estabelece os requisitos gerais sobre as condições higiênicosanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.
8. BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm
9. BRASIL. **Resolução nº 23**, de 15 de março de 2000. Dispõe sobre O Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos.
10. BRASIL. **Resolução RDC nº 216**, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.
11. BRASIL. **Resolução RDC nº 218**, de 29 de julho de 2005. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênico-Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparados com Vegetais.
12. BRASIL. **Resolução RDC nº 275**, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.
13. BRASIL. **RIISPOA**: Regulamento da Inspeção Industrial e sanitária de Produtos de Origem Animal.
14. BRASIL. **Decreto nº 30.691**, de 29 de março de 1952. Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.
15. BRASIL. **Lei nº 1.283**, de 18 de dezembro de 1950. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.
16. BRASIL. **Lei nº 7.889**, de 23 de novembro de 1989. Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.
17. ITAPEMA. LEI Nº 1125/95 DISPÕE SOBRE NORMAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ESTABELECE PENALIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
18. KBRASIL. Ministério da Agricultura. **Inspeção de Carnes** - Padronização de Técnicas, Instalações e equipamentos - Tomo I Bovinos: Currais e seus anexos - Sala de Matança, DIPOA, Brasil.
19. SANTA CATARINA. **Decreto nº 23.663**, de 16 de outubro de 1984. Regulamenta os artigos 51 a 76 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.
20. SANTA CATARINA. **Decreto nº 31.455**, de 20 de fevereiro de 1987. Regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõem sobre Alimentos e Bebidas.
21. SANTA CATARINA. **Lei nº 6.320**, de 20 de dezembro de 1983. Dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.

Manuais, livros e apostilas relacionados à consciência, à educação e às boas práticas ambientais no serviço público.



Estado de Santa Catarina
Município de ITAPEMA
Edital n.º 001/2016 de CONCURSO PÚBLICO

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

3. Os demais itens do edital, permanecem inalterados.

Itapema, 31 de março de 2016.

Rodrigo Costa
Prefeito Municipal